

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

*Paloma Tavares Saccol¹
Ricardo Stedile Neto²
Ligian Cristiano Gomes³
Mateus Pessetti⁴*

RESUMO: O presente artigo procura fazer uma análise da gênese e da transformação dos conceitos centrais que estão relacionados com a dissertação dentre eles a transformação da agricultura brasileira, a agricultura familiar e a modernização da agricultura, os quais são os conceitos chaves da pesquisa. Desta forma, com os textos discutidos em sala de aula foi possível resgatar o pensamento geográfico dessas temáticas em questão. Nesta perspectiva, o interesse geográfico pelo estudo do meio rural desenvolveu-se de forma bastante particular e alcançou um papel de destaque no contexto da ciência geográfica. De acordo com essas palavras, nota-se que a Geografia surge em meio a uma sociedade agrária, na qual o econômico era o rural e o tipo de organização espacial mais visível e dominante era a rural, a ênfase nos estudos rurais foi de certa forma, natural.

Palavras-chave: Geografia rural; Agricultura familiar; Modernização da agricultura.

ABSTRACT: This article aims to analyze the genetics and transformation of the central concepts that are related to the dissertation between them and the transformation of Brazilian agriculture, a family agriculture and a modernization of agriculture. In this way, the topics discussed in the classroom were possible for the geographic thought of these themes in question. The perspective, geographic interest in the study of the rural environment has developed particularly and the exposure of a prominent role in the context of geographical science. According to the words, the note was? Geography arises amid an agrarian society, in which the economic and rural era and the most visible and dominant type of space espionage was a rural one, the realization of a rural study was in a certain way, natural.

Keywords: Rural geography; Family farming; Modernization of agriculture.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – E-mail: palomasaccol1992@gmail.com

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – E-mail: rickstedile@gmail.com

³ Graduando do Curso de Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – E-mail: ligiangomes53@gmail.com

⁴ Graduando do Curso de Geografia pela Universidade Passo Fundo (UPF) – E-mail: 143966@upf.br

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a história do pensamento geográfico são tão importantes quanto os estudos empíricos que lidam com dados primários e o trabalho de campo, pois elucidam questões já trabalhadas por geógrafos e que podem dar subsídios a pesquisas atuais, desenvolvendo parâmetros, apontando erros e acertos, desvendando as origens do pensamento de autores, escolas, instituições e grupos (ALVES, 2016).

A geografia sempre foi uma ciência que investiga os fenômenos que se relacionam. Desta forma, as transformações e perspectivas em Geografia, foram possíveis observar várias contribuições de estudiosos que auxiliaram nos estudos geográficos.

Nesse sentido, o presente artigo procura fazer uma análise da gênese e da transformação dos conceitos centrais que estão relacionados com a dissertação dentre eles a transformação da agricultura brasileira, a agricultura familiar e a modernização da agricultura, os quais são os conceitos chaves da pesquisa. Desta forma, com os textos discutidos em sala de aula foi possível resgatar o pensamento geográfico dessas temáticas em questão.

Nesta perspectiva, o interesse geográfico pelo estudo do meio rural desenvolveu-se de forma bastante particular e alcançou um papel de destaque no contexto da ciência geográfica. De acordo com essas palavras, nota-se que a Geografia surge em meio a uma sociedade agrária, na qual o econômico era o rural e o tipo de organização espacial mais visível e dominante era a rural, a ênfase nos estudos rurais foi de certa forma, natural (ALVES, 2016).

AS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA NO BRASIL

A sociedade brasileira foi sendo formada basicamente em cima da agricultura, dominando a natureza e explorando seus recursos. Segundo Stedile (2011, p. 18)

Desde os primórdios da nossa sociedade até o ano de 1.500 d.C., a História registra que as populações que habitavam nosso território viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos, clãs, a maioria nômade, dedicando-se basicamente à caça, à pesca e à extração de frutas, dominando parcialmente a agricultura. Ou seja, como a natureza era pródiga no fornecimento dos alimentos para necessidades básicas, os povos de nosso território pouco desenvolveram a agricultura. Domesticaram apenas algumas plantas existentes na natureza, em especial a mandioca, o amendoim, a banana, o abacaxi, o tabaco; muitas frutas silvestres também eram cultivadas. Essas tribos, em 1500, já cultivavam o milho, originário de outras regiões do continente, em especial da América andina e da América Central, o que comprova a existência de intercâmbio e contato entre esses povos.

Desta forma, sabe-se que nesta época não existia propriedade privada, todos os bens da natureza eram coletivos e tinham como objetivo atender as necessidades de sobrevivência. Salienta-se que quando os recursos da natureza se escasseavam eles migravam para outros locais se tornando povos nômades.

Nesse sentido, quando os europeus chegaram ao Brasil se apoderaram do território e dos bens naturais, dominando os povos que aqui viviam. Assim, fizeram nascer o capitalismo. Stedile (2011, p. 20) ainda comenta que

Com a invasão dos europeus, a organização da produção e a apropriação dos bens da natureza aqui existentes estiveram sob a égide das leis do capitalismo mercantil que caracterizava o período histórico já dominante na Europa. Tudo era transformado em mercadoria. Todas as atividades produtivas e extrativistas visavam lucro. E tudo era enviado à metrópole europeia, como forma de realização e de acumulação capital.

Os colonizadores então organizaram o território para produzir produtos agrícolas dos quais sua população europeia precisava, como algodão, cana-de açúcar, café, bovinos, entre outras culturas tropicais que se adaptaram neste território, onde se denominou de modelo agroexportador (STEDILE, 2011).

Dessa forma, esse modelo foi denominado de *plantation* no qual se caracteriza em grandes fazendas, com a prática da monocultura, destinado a exportação, com emprego da mão de obra escrava. Percebe-se que a realidade atual não fugiu dessa época, pois hoje vemos a monocultura da soja, como o grande “carro chefe” da economia brasileira, a qual está destinada para outros países.

Nesta perspectiva, em 1850 foi criada a Lei^o 601 (Lei de Terras) que tinha como característica implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Dessa forma, qualquer cidadão poderia ser proprietário de terras, desde que pagasse um valor a Coroa. Observa-se que essa Lei proporcionou a dominação dos latifundiários no Brasil. Stedile (2011, p. 23) afirma que a Lei de Terras “regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil”.

As transformações ocorridas no mundo nos últimos anos nos mostra que o capitalismo adquiriu novos padrões de acumulação e exploração. O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. De acordo com Oliveira (1999, p. 73)

Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo).

A agricultura brasileira sempre sofreu transformações alterando suas fontes de crescimento. Mas foi com essas transformações que a produtividade da terra e do trabalho passou a fazer parte da dinâmica de crescimento do setor agrícola. A partir de meados da década de 1960 até o final da década de 1980, a modernização da agricultura serviu como uma estratégia de desenvolvimento, com a expansão do crédito rural subsidiado à aquisição de equipamentos e insumos modernos (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2014).

A estrutura fundiária brasileira já nasceu sob o domínio da grande propriedade rural. Salienta-se que as características predominantes na economia brasileira sempre foram: a grande propriedade, a monocultura, a mão-de-obra cativa, a produção para exportação e a destruição dos recursos naturais. Desta forma, esse processo contribuiu para a consolidação do setor de insumos modernos, que se desenvolveu na expansão da área plantada, dos incentivos à utilização de agrotóxicos, do incremento do volume de crédito seletivo e da dinamização das exportações agrícolas, favorecidas por um mercado externo francamente em expansão.

De acordo com essas contribuições Conceição e Conceição (2014, p. 08) destacam ainda que

Foi no início da década de 1970 que se consolidou o outro pilar fundamental para a modernização do setor agrícola brasileiro. Foram criadas, nos âmbitos federal e estadual, as instituições de ensino, pesquisa e extensão rural e os instrumentos de política econômica, com o objetivo de incrementar a produtividade. Registro especial deve ser feito à criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1973.

Nesse sentido, o desenvolvimento da ciência e tecnologia, juntamente com uma agricultura capitalista caracteriza o setor agrícola brasileiro como comercial, o qual se desenvolve para a exportação. Assim as ações do Estado, resultaram na expansão deste setor produtivo, alicerçando o incremento e a ocupação do interior do território e atuando como a principal fonte geradora de divisas para o processo de industrialização do país.

É importante levar em consideração que a agricultura brasileira sempre se apresentou, ao longo da sua história, subordinada à lógica do capital, sendo um setor de transferência de riquezas. Assim, dentro do seu processo de modernização deve-se dar significado maior à sua transnacionalização e à sua inserção na divisão internacional do trabalho ou, ainda, à penetração do modo de produção capitalista no campo brasileiro (AGUIAR, 1986)

Segundo Barros (1983), fica evidente que a estratégia brasileira de modernização agrícola, no período 1960-1980, baseou-se em quatro pontos fundamentais: expansão dos programas de crédito subsidiado, elevação dos gastos em extensão rural e pesquisa, maior abertura ao comércio internacional e prioridade ao setor de insumos modernos.

Neste contexto, esses quatro pontos fundamentais foram relevantes para o desenvolvimento da agricultura brasileira. Dessa forma, enfatiza-se que o Brasil sofreu grandes transformações, com a modernização da agricultura, industrialização, formação dos Complexos Agroindustriais e as cadeias produtivas para a exportação.

A agricultura brasileira depois de 1960 mostrou um claro processo de diferenciação em três grandes regiões detalhadas por Graziano da Silva (1980, p. 34)

a) O Centro-Sul, onde a agricultura se moderniza rapidamente pela incorporação de insumos industriais (fertilizantes e defensivos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas, etc.); b) o Nordeste, que após a incorporação da fronteira do Maranhão (em meados dos anos sessenta e, mais recentemente, a da Bahia, permanece sem grandes transformações fundamentais no conjunto de sua agropecuária; c) a Amazônia, incluindo aí boa parte da região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), que representou a zona de expansão da fronteira agrícola a partir do início dos anos sessenta.

Dessa forma, consolida-se a internacionalização da economia e privilegia-se a economia de exportação, a promoção do empreendimento capitalista e o crescimento da produção de soja a ponto de tornar-se o principal produto de exportação nacional, com preços elevados no mercado internacional.

A partir da década de 70, Ruckert (2003, p. 59) salienta que “há no país uma tendência à diminuição absoluta da população economicamente ativa na agricultura”, ou seja, o processo de expulsão do campo de famílias rurais que não conseguem mais se desenvolver em respeito à expansão das relações capitalistas de produção. O autor ainda comenta que esses produtores rurais acabam (2003, p. 61) “a trabalhar em lavouras capitalistas, em cooperativas agrícolas, em madeireiras ou mesmo como diaristas nos empreendimentos capitalistas onde, alguns se tornam assalariados permanentes”.

Nesse sentido, salientamos mais uma vez Ruckert (2003, p. 61) quando ele enfatiza que

O aumento do trabalho assalariado temporário, essa força de trabalho passa a enfrentar, mais no final da década de 80, uma progressiva falta de trabalho nos empreendimentos capitalistas. Tal fato ocorre em razão da adoção de processos técnicos que dispensam mão-de-obra como, por exemplo, os herbicidas, que evitam a capina manual. Isso porque a tendência das grandes empresas, tanto no campo quanto na cidade, é a de modernização dos seus processos de trabalho, incorporando tecnologia, geralmente importada, que dispense mão-de-obra.

A transformação da agricultura não ocorreu de forma homogênea no Brasil, dadas às diferenças regionais. Primeiramente se deu nos estados do Sul e Sudeste, expandindo-se posteriormente para o Centro-Oeste e, na sequência, para as demais regiões.

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: RESGATANDO E REFLETINDO

Segundo Brum (1988, p.60) a modernização da agricultura pode ser entendida como

O processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. Assim, a agricultura moderna (ou modernizada) é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, no nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheita mais sofisticados.

Desse modo, a modernização da agricultura é o processo onde se apresenta o uso da técnica na lavoura, no qual a agricultura tradicional fica de fora para a entrada da agricultura moderna. Brum (1988, p. 60) “[...] enfatiza que o grau de modernização avalia-se pelo índice de máquinas, equipamentos, implementos e insumos modernos utilizados”.

Neste contexto, a mecanização da agricultura gaúcha teve início nas lavouras de arroz, como enfatiza Conceição (1986, p.13) onde

[...] restringiu a esta cultura até os primeiros anos da década de 50, quando o trigo passou a assumir crescente importância como produto poupador de divisas. A mecanização das lavouras de arroz e trigo foi característica marcante da agricultura gaúcha durante a segunda metade da década de 50. Entretanto, ao redor dos anos 60, a atividade tritícola entrou num processo de decadência, impedindo a utilização de muitas das máquinas adquiridas para este fim, gerando, conseqüentemente, uma grande capacidade ociosa nas unidades agrícolas de produção.

Ressalta-se que a cultura da soja começou a ser cultivada em grande escala utilizando um novo sistema de produção, no qual a mecanização, a grande propriedade e os insumos modernos foram características peculiares dessa cultura.

O processo de modernização da agricultura no Rio Grande do Sul teve início na região do Planalto Gaúcho, a partir da década de 60/70. Com a modernização, a agricultura se internacionalizou, integrando-se ao desenvolvimento do complexo agroindustrial (BRUM, 1988).

Com o avanço do processo de modernização ocorre “industrialização da agricultura”. Isso acontece quando a agricultura se torna uma atividade empresarial, ao mesmo tempo em

que se transforma num importante mercado para máquinas e insumos modernos produzidos pela indústria (BRUM, 1988). Pode-se dizer que, a agricultura tradicional está baseada no consumo, enquanto que a agricultura moderna fundamenta-se com o comércio, com o setor financeiro e com o lucro.

Conforme destaca BEZZI (1985, p.95) a técnica pode ser entendida como

O produto dos avanços científicos que, ao ser utilizada inova continuamente os métodos de produção. De modo geral, a introdução de novas técnicas gera determinados efeitos, como: efeitos sobre o emprego e o salário, sobre a ampliação das oportunidades de investimentos, e o efeito de transformações das relações “atrasadas” em relações capitalistas de produção.

Esses três efeitos são simultâneos e dependentes. A utilização de novas técnicas no processo produtivo interfere nas formas de organização da produção modificando as relações entre o capital e o trabalho. Sabe-se que a adoção dessas técnicas não ocorre de forma generalizada, pois as relações capitalistas de produção coexistem com as formas não-capitalistas, estando ambas subordinadas ao capital (BEZZI, 1985).

Pode-se dizer então, que a modernização da agricultura foi facilitada pela inserção da técnica de formas diferenciadas no espaço. Essa tem por objetivo alcançar a maior produtividade em termos de volume de produção, assim como em produtividade econômica, medida em valor (CERON; GERARDI, 1984).

De acordo com Paiva (1975) a modernização da agricultura pode ser entendida como “[...] o processo de melhoria da agricultura pela adoção de técnicas modernas”. Essa melhoria está baseada em um conjunto de fatores, essenciais para o seu desenvolvimento.

Paiva (1975, p. 123) assinala que a

[...] modernização da agricultura se processa pela difusão de novas técnicas de produção, que, além de mais produtivas (em termos físicos), se caracterizam por serem em geral mais intensivas de capital do que as técnicas chamadas tradicionais, que se apoiam basicamente nos fatores terra e mão de obra.

Desse modo, a inserção da técnica representou, para a agricultura, reformulações na organização do processo produtivo, bem como nas relações de trabalho (CARGNIN, 2009).

Moraes (2009, p. 38) a este respeito diz

O avanço e desenvolvimento das técnicas de produção, além do aumento da demanda pelos produtos agrícolas, a industrialização modificou o espaço rural. Tal fato proporcionou o desenvolvimento de um novo processo produtivo e, também, reorganizou o arranjo sócio-espacial do Rio Grande do Sul.

Entende-se que a modernização agrícola é o avanço das atividades agropecuárias, substituindo as tradicionais por técnicas mais modernas. Entretanto, essas técnicas atuais podem trazer, muitas vezes, consequências para os agricultores que não conseguem se inserir nesse processo.

Consequentemente, a modernização da agricultura proporcionou significativas mudanças no espaço rural, atribuindo um novo rumo à produção agrícola. Esta tem como principais objetivos ampliação da produtividade, a produção, a obtenção dos lucros e a concentração fundiária. Também, ocasionou a inserção do mercado nacional na economia internacional globalizada (MORAES, 2009).

Há que se ressaltar que o conceito de modernização não está associado apenas à mecanização e tecnificação da agricultura. Esta pode ser definida, também, como um processo de modificações nas relações sociais de produção, pois se destina, principalmente, ao mercado, ou seja, o objetivo principal passa a ser o lucro e, consequentemente, a acumulação. Além disso, ocorre uma transformação capitalista da agricultura, havendo uma especialização da mesma para a monocultura (BRUM, 1988).

Nessa linha de raciocínio, Silva (1999, p. 23) argumenta que

A introdução de novos processos técnicos, como a mecanização, a adubação química, a irrigação, etc., as transformações nas relações sociais de trabalho, a divisão mais eficiente das tarefas agrícolas, enfim as modificações destinadas a incrementar a produtividade na agricultura, se traduzem não apenas no aumento do trabalho excedente da própria agricultura: elas contribuem, também, para rebaixar o valor da força de trabalho na sociedade como um todo. Em outras palavras, contribuem para elevar a taxa geral de mais-valia e, assim, para a acumulação de capital.

Esse processo de mudança nas relações de trabalho contribui na substituição da mão de obra nas atividades agrícolas e também coloca algumas famílias de pequenos agricultores no mercado de trabalho nos centros urbanos (MORAES, 2009).

Com a modernização ocorre a desistência do homem no campo, pois a oferta de empregos decai por consequência da tecnologia empregada nas grandes lavouras. Assim, a população residente no campo se transfere para os centros urbanos, ocasionando uma super ocupação das cidades acarretando inúmeros problemas sociais.

Silva (1999, p. 119), refletindo sobre as consequências da modernização, assina que

A intensa modernização da agricultura, a partir de 1960, foi a principal responsável pelas elevadas taxas de expulsão da população rural, o que, num contexto de ampla disponibilidade de força de trabalho para o setor industrial, passa a constituir uma das raízes da “inchação” das periferias, do subemprego e da crise urbana do período recente.

Pode se dizer, então, que a modernização das atividades agropecuárias trouxe consequências para os pequenos agricultores. Muitos não conseguiram investir na compra de maquinários e terras e acabaram desistindo do campo. Os agricultores familiares que permaneceram no meio rural acabaram investindo apenas em um produto e precisaram buscar alternativas viáveis, como a diversificação das atividades agropecuárias visando o desenvolvimento econômico. (MORAES, 2009)

É importante destacar que o processo de modernização não representa um modelo de desenvolvimento. De um lado, os produtores almejam o aumento da produtividade, mas de outro poucos se preocupam com os impactos negativos dela decorrente, como a substituição da mão de obra humana por maquinários e a contaminação dos recursos naturais e da saúde humana e animal, decorrentes, da utilização de agrotóxicos (CARGNIN, 2009).

AGRICULTURA FAMILIAR

Os processos de colonização e ocupação do país resultaram que grandes porções do território brasileiro fossem distribuídas entre poucos privilegiados, por meio da doação de terras. Esse caráter concentrador propiciou o desenvolvimento da grande lavoura monocultura e mercantil, entretanto, essa forma de organização do espaço agrário esteve desde o início associada à agricultura de subsistência, onde os gêneros produzidos eram destinados a abastecer as famílias produtoras e os trabalhadores das grandes fazendas. Segundo Lamarche (1998, p.179), “A agricultura familiar foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, com suas três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exploração e a escravatura”.

O setor agropecuário familiar exerce papel fundamental na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo. Ele também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário local regional, mas do próprio país. Nas últimas décadas a agricultura familiar vem sendo objeto de atenção das políticas públicas.

Desse modo, torna-se importante compreender a definição de agricultura de subsistência. Para Moraes (2009 *apud* Lamarche 1998, p.70)

[...] define-se por uma forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior. Composto por estabelecimentos que produzem

pouco e utilizam técnicas bastante tradicionais, o objetivo primeiro aqui é satisfazer as necessidades familiares.

Salienta-se que, nas propriedades familiares de subsistência, o objetivo principal é atender as necessidades internas e permitir a sobrevivência do grupo, destinando-se apenas o excedente à comercialização (MORAES, 2009).

Lamarche (1998, p. 76), ressalta que a agricultura de subsistência é aquela em que “A produção do estabelecimento (a maior parte cultiva pequenas áreas, muitas vezes menos de 10 hectares) está destinada à alimentação familiar e apenas uma parte muito pequena da produção é comercializada”.

Enfatiza-se que o estabelecimento não é vivido como um patrimônio familiar, mas como um capital, do qual eles são totalmente dispostos a vender suas terras em caso de necessidade. Desta forma estes produtores são pouco sensíveis a noção de reprodução familiar agrícola (desejo que os filhos continuem explorando o estabelecimento). (LAMARCHE, 1998).

Segundo Moraes (2009, p. 34) “[...] o processo de organização, trabalho e meios de produção (com algumas exceções) estão baseados na unidade produtiva familiar”.

Nessa perspectiva, Delevati (1999, p. 99) enfatiza

Podemos ver que a agricultura familiar teve uma importância fundamental para o desenvolvimento do setor agropecuário do Estado. Alterando o modelo de produção da pecuária (um só produto) para a policultura. Que no decorrer de sua evolução, devido ao processo de parcelização e esgotamento do solo, houve um processo de empobrecimento destes agricultores. Mas que, apesar disso, eles continuam, atualmente, como um dos setores mais atuantes dentro da economia agropecuária do Estado.

Também, de acordo com Medeiros (2007, p. 170), baseada no Estatuto da Terra, pode-se definir como propriedade familiar

Imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros.

A agricultura familiar desenvolve sistemas complexos de produção combinando várias culturas, criações de animais e produções primárias, tanto para o consumo da família como para o mercado. Pode ser compreendida como uma grande estratégia para o desenvolvimento, uma vez que busca dinamizar a atividade agropecuária no Rio Grande do Sul. As propriedades familiares oferecem oportunidades para os filhos de agricultores permanecerem

no campo, por terem sistemas mais intensivos e diversificados de produção. Há agricultores que encontram dificuldades de se manterem na propriedade rural, por isso muitos optam pela pluriatividade ou então pelo êxodo rural dos filhos como estratégias de sobrevivência.

Segundo Schneider (2003, p. 99) “[...] a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais”. Não só os movimentos sociais, mas toda a massa de agricultores familiares tidos como sujeitos sociais produtivos, este que para muitos autores difere do camponês sob diversos aspectos.

A expressão agricultura familiar ganhou maior evidência a partir da década de 1990, conforme menciona Schneider (2003, p.100), pois

A incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostraram-se capazes de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais.

Pensar sobre o conceito de agricultura familiar no espaço rural atual, requer analisar o espaço geográfico como um todo. Assim, é importante destacar que a agricultura familiar pode ser considerada como propulsora do desenvolvimento em escala local.

De acordo com Holanda (2010 *apud* Abramovay 1992, p. 21) a agricultura familiar se difere da camponesa, pois

Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa. [...] A própria racionalidade da organização familiar não depende [...] da família em si mesma, mas, ao contrário da capacidade que está tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve.

A caracterização da produção familiar sob o olhar do campesinato, representa configurar a família como uma unidade produtiva, produzindo tanto para o autoconsumo como para o mercado e com o acesso a terra, independente de ter a posse sobre ela. No Brasil, o termo camponês se distinguiu como sendo os movimentos sociais pela luta da terra, o que limitou o conceito de agricultura familiar à dimensão espacial, simbolizada pela expressão pequena produção (HOLANDA, 2010).

Através dessas afirmações a partir da década de 1990, Holanda (2010, p.28) comenta que “[...] o cenário sociopolítico brasileiro revelou que a agricultura familiar tem a capacidade de incorporar inovações técnicas, participar de mercados dinâmicos e de reproduzir social e economicamente”.

Nas unidades de produção familiares, destacam-se, a influência de fatores internos e externos. Para Jean (1998, p. 272), o futuro da propriedade familiar dependeria de fatores internos como “[...] a capacidade de adotar as inovações tecnológicas, o domínio de uma gestão sadia, a criatividade dos trabalhadores e as melhores escolhas produtivas [...]”. Também, Jean (1998, p. 272) destaca que os fatores externos referem-se “[...] à inserção nos mecanismos do mercado e à solicitude de políticas do Estado”. O autor ressalta, principalmente, o papel do Estado com as políticas de apoio à agricultura familiar e de créditos subsidiados.

Cabe enfatizar que, para os pequenos proprietários melhorarem seu padrão de vida, uma das alternativas é a sua inserção no processo de modernização e, conseqüentemente, no mercado. Desta forma, destaca-se como principal instrumento de sua viabilização uma política de crédito que possa favorecer os mesmos, em termos de taxas diferenciadas e que, também, os juros sejam compatíveis com a capacidade de pagamento desses produtores (SILVA, 1999).

Nesse cenário foi criado em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual é um programa de crédito do Governo Federal que visa apoiar à agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Este financiamento tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, a fim de que se caracterize como geradora de empregos, renda e alimento (MORAES, 2009).

Através dessas afirmações Schneider; Mattei; Cazella (2004, p. 3) apontam quatro objetivos específicos do programa PRONAF

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Pode-se dizer, então, que o PRONAF, conforme Schneider; Mattei; Cazella (2004, p. 3) apresenta atualmente quatro grandes linhas de atuação direcionadas para a agricultura familiar, entre elas

- a) Crédito de custeio e investimento destinado às atividades produtivas rurais;
- b) Financiamento de infraestrutura e serviços a municípios de todas as regiões do país, cuja economia dependa fundamentalmente das unidades agrícolas familiares;
- c) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares através de cursos e treinamentos aos agricultores, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;
- d) Financiamento da pesquisa e extensão rural visando a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

Conforme Nunes (2007, p. 2) o público-alvo do programa são os agricultores familiares que possuem as seguintes características

a) possuem parte da renda familiar proveniente da atividade agropecuária, variando de acordo com o grupo em que o beneficiário se classifica (30% no grupo B, 60% no grupo C, 70% no grupo D e 80% no grupo E); b) detêm ou exploram estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais, ou até seis módulos quando se tratar de atividade pecuária; c) exploram a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; d) utilizam mão de obra predominantemente familiar; e) residem no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo; f) possuem renda bruta familiar de até R\$ 60 mil por ano; g) pescadores artesanais, pequenos extrativistas e pequenos aquicultores se incluem no público-alvo do PRONAF.

Entretanto, no decorrer do tempo foram criados novos grupos dentro do programa, com o objetivo de melhorar e atender os diferentes argumentos sociais e a diversidade do público que pode ser apoiado pelo financiamento. As rendas para enquadrar-se e os valores de crédito financiado também foram ajustados (NUNES, 2007).

Através do PRONAF é possível para os agricultores, acessarem o programa Mais Alimentos, o qual permite que os produtores familiares comprem tratores e implementos agrícolas com juros subsidiados. Neste sentido, isso ajuda a aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a quantidade e qualidade dos alimentos que os brasileiros consomem, além de agregar renda as pequenas unidades produtivas.

Desta forma, essas políticas fortalecem o rural brasileiro e aumentam a produção de alimentos, gerando empregos e melhorando a renda dos pequenos produtores rurais. Outro incentivo do PRONAF é a permanência dos agricultores familiares no espaço rural, promovendo as mais diversas formas de atividades, de geração de trabalho e renda. Ao estimular a atividade familiar no campo e, ao mesmo tempo, o aumento da produção, o grande desafio estará na solução estrutural para uma importante questão social e econômica do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que os estudos da gênese e da transformação dos conceitos salientados no artigo são de estreita importância, pois contribuem para o estudo do rural, e principalmente para a ciência geográfica. Nesse contexto, é necessário o entendimento da evolução dessas temáticas para a contribuição da pesquisa.

Enfatiza-se que a geografia não é uma ciência estática, pois a mesma está sempre em movimento através das transformações do espaço em que vivemos e dessa forma podemos

perceber a evolução de cada conceito das subáreas da geografia. Portanto, em cada escola geográfica ocorreram mudanças conceituais nas temáticas em estudo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R. C. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986, 160p.
- ALVES, F. D. História da geografia agrária brasileira: Nilo Bernardes. **RA'EGA**, Curitiba, v.36, p.69 - 91, abr.2016.
- BARROS, J. R. M. Transição e descontinuidade no crescimento agrícola. In: DIAS, G.L.S.; BARROS, J. R. M. **Fundamentos de uma nova política agrícola**. Brasília: Ministério da Agricultura/CFP, 1983. 39 p. (Coleção Análise e Pesquisa, v. 26).
- BEZZI, M. L. São Borja, **Transformações no Espaço Agropecuário: O Processo de Despequarização**. 1985. 222f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1985.
- BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CARGNIN, M. **A reorganização do espaço agrário de Júlio de Castilhos/RS: uma nova dinâmica através da lavoura empresarial da soja**. 2009.164f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.
- CERON, A. O.; GERARDI, L. H. de O. **Modernização da agricultura brasileira: Transformações agrárias em um país em desenvolvimento**. Rio Claro: UNESP, 1984. p. 1 - 34. (Datilografado)
- CONCEIÇÃO, O. A. C. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul (1950-75)**. Porto Alegre: FEE, 1986. p. 108.
- CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da; CONCEIÇÃO, P. H. Z. da. **Agricultura: evolução e importância para a balança comercial brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. 36 p.
- DELEVATI, D. A Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Redes**, v.4, n. 3, p. 83 - 100, 1999.
- HOLANDA, G. A. **Instituições, agricultura familiar e crédito rural: avaliação de resultados do PRONAF B nos territórios rurais do Rio Grande do Norte**. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- JEAN, B. A agricultura familiar, o Estado e o Estado da agricultura familiar. In: LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Frédéric Bazin. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. II, 1998. p. 271 - 302.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1998. 336 p.

MEDEIROS, R, M, V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2007. p. 169 – 178.

MORAES, F, D. **A Organização espacial de Mata/RS: reestruturação produtiva no seu espaço produtivo**. 2009.154f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

NUNES, S. P. **O crédito rural do PRONAF e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar**. Disponível em: < <http://www.deser.org.br/documentos/imagem/Pronaf.pdf> >. Acesso em 25 nov. 2016.

OLIVEIRA, A. U de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. **Novos caminhos da Geografia**. Ed. São Paulo: Contexto, 1999.

PAIVA, R. M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: Uma reformulação. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 5, n. 1, jun., Rio de Janeiro, p. 117 – 161, 1975.

RUCKERT, A. A. **Metamorfoses do Território: A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 223 p.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf> >. Acesso em 25 nov. 2016.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: V. 18, n. 51, fev., 2003.

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987. 114 p.

_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Ed. Expressão popular, 2011. 304 p.